



PARECER: Nº 598 CGM - PMSMG – ADESÃO Nº A/2021-007

PROCEDÊNCIA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 00000163/2021-CPL/PMSMG

OBJETO: ELABORAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS 20210181 (Fundo Mun. de Educação) E 20210182 (Prefeitura), ORIUNDOS DA ADESÃO (CARONA) Nº A/2021-007, QUE TEM COMO OBJETO A ADESÃO PARCIAL À ATA DE REGISTRO DE PREÇO, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

EMPRESA CONTRATADA: LOC MINAS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

FINALIDADE: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O Controlador Geral do Município de São Miguel do Guamá – PA, com base na Constituição Federal, artigos 31, 70 e 74 inciso IV, na Lei Federal 101 de 4 de maio de 2000, na Lei Federal 4.320/64, na Lei Federal 10.180 de 6 de fevereiro de 2001, na Lei Municipal 255 de 30 de outubro de 2013, artigo 33, incisos de I a IX, e em atendimento a determinação contida INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22/2021/TCMPA, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, DECLARA para todos os fins de direito junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que procedeu a **análise integral** nos autos do processo administrativo em epígrafe, fls. 01 a 63, que tem como objeto a elaboração do quarto termo aditivo para prorrogação de vigência dos contratos números 20210181 e 20210182 originados da ADESÃO (CARONA) Nº A/2021-007, QUE TEM COMO OBJETO A ADESÃO PARCIAL À ATA DE REGISTRO DE PREÇO, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL 001/2021, que tem de um lado como parte a PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e do outro a empresa LOC MINAS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

No Processo Administrativo constam os documentos indispensáveis para o aditamento dos contratos:

- a) manifestação do Fiscal do Contrato, à Secretária Municipal de Administração, para a prorrogação de prazo do contrato nº 20210182, fl. 01 dos autos;
- b) cópia da portaria nº 402/2021, de 21 de junho de 2021, de designação de fiscal de contrato, fl. 02 dos autos;
- c) ofício nº 487/2022 – SEMAD, solicitando a anuência da empresa para a celebração de termo aditivo, fl. 03 dos autos;
- d) anuência da empresa contratada, fl. 04 dos autos;
- e) ofício nº 0483/2022 – SEMAD, ao Secretário Municipal de Finanças, solicitando a prorrogação do contrato nº 20210182 por 12 (doze) meses, fl. 05 dos autos;
- f) manifestação do Fiscal do Contrato, a Secretária Municipal de Educação, para a prorrogação de prazo do contrato nº 20210181, fls. 06 a 07 dos autos;
- g) cópia da portaria nº 364/2021, de 24 de maio de 2021, de designação de fiscal de contrato, fls. 08 dos autos;
- h) ofício 673/2022 da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a anuência da empresa para a celebração de termo aditivo por igual período ao contrato nº 20210181, fls. 09 dos autos;
- i) anuência da empresa contratada, fl. 10 dos autos;
- j) ofício 674/2022-SEMED, à Diretoria de Licitação solicitando a prorrogação por igual período do contrato nº 20210181, fl. 11 dos autos;
- k) decreto Nº 012/2022, de 26 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitação, fls. 12 a 16 dos autos;
- l) cópia do contrato Nº 20210181, fls. 17 a 20 dos autos;
- m) cópia do primeiro termo aditivo ao contrato nº 20210181, fl. 21 dos autos;
- n) cópia do segundo termo aditivo ao contrato nº 20210181, fls. 22 a 23 dos autos;
- o) cópia do terceiro termo aditivo ao contrato nº 20210181, fls. 24 a 25 dos autos;
- p) cópia do contrato Nº 20210182, fls. 26 a 29 dos autos;
- q) cópia do primeiro termo aditivo ao contrato nº 20210182, fl. 30 dos autos;
- r) cópia do segundo termo aditivo ao contrato nº 20210182, fl. 31 a 32 dos autos;
- s) cópia do terceiro termo aditivo ao contrato nº 20210182, fls. 33 a 34 dos autos;
- t) solicitação de informação de existência de dotação orçamentária, fl. 35 dos autos;
- u) informação da Diretoria de Planejamento Estratégico, da existência de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Administração e do Fundo Municipal de Saúde para cobertura das despesas, fls. 36 a 37 dos autos;



- v) declaração da adequação orçamentária e financeira e termo de autorização de abertura de processo de realização da despesa, dos aditivos aos contratos nº 20210181 e 20210182, fls. 38 a 43 dos autos;
- x) apresentação de justificativas e base legal para elaboração do quarto termo aditivo aos contratos nº 20210181 e 20210182, fls. 44 a 46 dos autos;
- w) minuta do quarto termo aditivo ao contrato nº 20210181, fls. 47 a 48 dos autos;
- z) minuta do terceiro termo aditivo ao contrato nº 20210182, fls. 49 a 50 dos autos;
- a.a) documentos de habilitação da empresa contratada, fls. 51 a 57 dos autos;
- b.b) parecer jurídico, fls. 59 a 62 dos autos.

No tocante as formalidades legais exigidas para o aditamento do contrato, observa-se que a administração tomou todas as providências necessárias de praxes para a prorrogação de prazo dos contratos nº 20210181 e 20210182, conforme constam nos autos.

Quanto ao aspecto legal, se encontra justificada a necessidade da prorrogação de prazo do contrato, tendo como base legal o art. 57, inciso II, da Lei. 8.666/93.

Constam nos autos o termo de autorização da autoridade competente, para realização do quarto termo aditivo aos contratos, atendendo ao disposto no art. 57, §2º, da Lei 8.666/93.

Somado a isso, juntou-se aos autos a informação da Diretoria de Planejamento Estratégico, da existência de Dotação Orçamentária, para cobertura das despesas do quarto termo aditivo aos contratos nº 20210181 e 20210182, providências exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, art.16, inciso II, e Lei 8.666/1993.

No que concerne a habilitação, atendendo convocação da Comissão Permanente de Licitação, a empresa contratada LOC MINAS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, juntou às fls. 52 a 57 dos autos, documentos relativos a regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 29 da Lei 8.666/2023.

Os autos foram submetidos a apreciação da Assessoria Jurídica, que por sua vez, emitiu parecer jurídico favorável à prorrogação de prazo do contrato e aprovou a minuta do quarto termo aditivo aos contratos nº 20210181 e 20210182, conforme estabelece a Lei 8.666/93, no art. 38, Parágrafo único.

Mediante essas considerações, entendo legal a prorrogação de prazo do contrato, devendo o extrato do termo aditivo ser obrigatoriamente publicado na imprensa oficial e no Portal da Transparência, para atender ao disposto no art. 61, Parágrafo único da Lei. 8.666/93 e no art. 8º § 1º, IV da Lei Federal nº 12.527/2011.

Recomendo que o termo aditivo de prorrogação de prazo do contrato seja efetivado/assinado ainda na vigência do contrato, com atenção especial para aqueles contratos que tenham seus prazos de vigência encerrados em dia que não seja útil na repartição.

Finalmente recomendo, o envio dentro do prazo via Mural de Licitações, dos documentos mínimos do termo aditivo, a fim de atender a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22/2021/TCMPA, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

Este Controle Interno entende que o Processo do Termo Aditivo supramencionado encontra-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução da referida despesa, após cumpridas as recomendações desta Controladoria.

São Miguel do Guamá, 25 de novembro de 2022.

RAIMUNDO SÁVIO BARROS BATISTA
Controlador Geral do Município
Decreto 020/2021